

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*

BERNARDO DA COSTA CAMPOS — *Director*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Director*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

ECONOMIA-BRASIL Frente Externa

O Cruzado chegou até as eleições com um notável aquecimento da indústria de transformação e do comércio em geral, embalado por aumentos reais de salário e pelo setor público. Em claro contraste, os investimentos diretos de capital estrangeiro declinaram, e o país passou a apresentar um quadro inédito de desinvestimento líquido.

O governo já não pode fechar os olhos à realidade. Sem prolongar as vacilações e sombras que mantêm o capital estrangeiro ao largo. Tome-se, apenas a título de constatação, a seguinte passagem de um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a China, depois de concluir um acordo stand-by de 720 milhões de dólares com Pequim: "Desde 1979 vem sendo posta em prática uma série de reformas nos setores industrial e agrícola. O país vem expandindo consideravelmente o poder de decisão de indivíduos e empresas e reduzindo a intervenção do Estado na atividade econômica."

Não podemos considerar o caso chinês com uma ótica "naive". As aberturas na estrutura monolítica estatal da economia desse país convivem com o fechamento político de um regime comunista. Mas a verdade é que as reformas e a busca de participação do capital estrangeiro e do capital privado que ocorrem hoje em várias nações do leste europeu, e do mundo socialista em geral, contrastam com as ondas de xenofobia e os acessos de fechamento que identificamos aqui.

Ao fugir ou ficar a distância, é bem possível que o capital estrangeiro tenha identificado em nossa economia

problemas que ainda não assimilamos inteiramente. Mas o saldo disso tudo indica que outras regiões tornaram-se mais atraentes. É portanto paradoxal a retórica que se desenvolve sobre a necessidade dos investimentos produtivos e de longo prazo e a hostilidade com que ministros deste governo, em manifestações públicas, referem-se ao capital estrangeiro. Precisamos de capital fixo a longo prazo, e empurramos para longe as fontes onde poderíamos nos abastecer.

O contraste entre potencial e realidade fica explícito quando o ministro da Indústria e Comércio refere-se às intenções de investimento de 10 bilhões de dólares registradas pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, CDI. Na pauta encontram-se projetos de petroquímicos clorados e derivados com mais de 400 milhões de dólares, papel e celulose, cimento, química fina e outros. Muitas das áreas de interesse de investimento ficam exatamente nas zonas de sombra que se quer invadir com a reserva de mercado, com o mesmo caráter hostil à participação estrangeira que predominou na informática.

Olhando para o seu passado industrial recente, o Brasil poderá encontrar inspirações e modelos de cooperação que deram certo, preservando os interesses nacionais. Houve joint-ventures bem-sucedidas em petróleo e petroquímica, na indústria aeronáutica e em muitos outros segmentos da nossa indústria de base e de serviços. Não precisamos subverter a história para reencontrar os caminhos do crescimento com a cooperação internacional, mantidos os nossos interesses nacionais verdadeiros.